



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2022, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 134 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 426 milhões e Ativos Totais de R\$ 8.188 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Instituição possui participação societária nas empresas BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Serel Participações em Imóveis S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Diretoria		
	Nota	2022	2021		2022	2021
Ativo				Passivo		
Disponibilidades.....	4	53	51	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros.....		6.363.821
Instrumentos Financeiros.....		7.047.594	15.023.328	Recursos de Instituições Financeiras.....	13a	6.363.821
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	5a	306.412	171.800	Provisões.....		973.400
Títulos e Valores Mobiliários.....	6a e 6b	5.665.984	13.799.046	Outras Provisões.....	14	973.400
Operações de Crédito.....	7	81	720	Impostos Diferidos.....	23	219.444
Outros Instrumentos Financeiros.....	11	1.075.117	1.051.762	Outros Passivos.....	16	204.889
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.....		(32)	(339)	Total do Passivo.....		7.761.554
Operações de Crédito.....	7	(32)	(339)	Patrimônio Líquido		
Créditos Tributários.....	23	649.117	634.183	Capital Social.....	17	370.000
Investimentos em Controladas e Coligadas.....	8	351.445	324.857	Reservas de Lucros.....	17	59.845
Imobilizado de Uso.....	9	72	72	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(3.703)
Intangível.....	10	586	586	Total do Patrimônio Líquido.....		426.142
Depreciações e Amortizações.....		(657)	(652)			
Imobilizado de Uso.....	9	(72)	(71)			
Intangível.....	10	(585)	(581)			
Outros Ativos.....	12	141.626	169.504			
Valor Recuperável de Ativos.....		(2.108)	(2.108)			
Total do Ativo.....		8.187.696	16.149.482	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		8.187.696

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
			2022	2021
Receitas da Intermediação Financeira.....		164.123	480.659	724.216
Operações de Crédito.....	7	237	479	504
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	6c	163.886	480.180	723.712
Despesas da Intermediação Financeira.....		(185.205)	(410.634)	(497.786)
Operações de Captações no Mercado.....	13b	(185.205)	(410.634)	(497.786)
Resultado da Intermediação Financeira.....		(21.082)	70.025	226.430
Reversão/(Despesa) de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....		(17)	307	(44)
- Operações de Crédito.....	7	(17)	307	(44)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....		(21.099)	70.332	226.386
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....		59.166	86.673	(44.085)
Despesa de Pessoal.....	18	-	(823)	(823)
Outras Despesas Administrativas.....	19	(3.639)	(8.178)	(10.816)
Despesas Tributárias.....	20	(791)	(6.136)	(9.538)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas.....	8	14.817	26.501	13.706
Outras Receitas Operacionais.....	21	75.713	122.893	68.375
Outras Despesas Operacionais.....	22	(43.941)	(103.450)	(70.440)
(Despesa)/Reversão de Provisões.....	15	17.007	55.043	(34.549)
- Trabalhista.....		-	2.230	(180)
- Cíveis.....		17.007	52.813	(34.369)
Resultado Operacional.....		38.067	157.005	182.301
Resultado Não Operacional.....		260	292	3.030
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro.....		38.327	157.297	185.331
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	23	29.072	(22.914)	(98.274)
Lucro Líquido.....		67.399	134.383	87.057
Lucro por Ação em R\$.....		433,54	864,40	559,98

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
			2022	2021
Lucro Líquido do Período.....		67.399	134.383	87.057
Outros Resultados Abrangentes.....		(4.641)	(5.762)	66
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....		(4.641)	(5.762)	66
Resultado Abrangente do Período.....		62.758	128.621	87.123

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil									
Eventos	Capital Social	Redução de capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	2º Semestre 2022	
			Legal	Estatutária				2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	3.087.000	-	218.194	410.240	1.993	-	-	-	3.717.426
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	66	-	-	-	66
Redução de Capital.....	(62.422)	-	-	-	-	-	-	-	(62.422)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	87.057	-	-	87.057
Destinações: - Reservas.....	-	-	4.353	62.028	-	(66.381)	-	-	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(681)	-	(20.676)	-	-	(21.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2021.....	3.024.578	-	222.547	471.587	2.059	-	-	-	3.720.771
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(5.762)	-	-	-	(5.762)
Aumento de Capital com Reservas.....	169.422	-	(169.422)	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital.....	(2.824.000)	-	-	-	-	-	-	-	(2.824.000)
Dividendos Pagos com Reservas.....	-	-	-	(471.587)	-	-	-	-	(471.587)
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados com o Resultado do Exercício.....	-	-	-	-	-	(57.535)	-	-	(57.535)
Dividendos Deliberados com o Resultado do Exercício.....	-	-	-	-	-	(70.128)	-	-	(70.128)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	134.383	-	-	134.383
Destinações: - Reservas.....	-	-	6.720	-	-	(6.720)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	370.000	-	59.845	-	(3.703)	-	-	-	426.142
Saldos em 30 de junho de 2022.....	3.194.000	(2.824.000)	56.474	47.725	938	-	-	-	475.138
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(4.641)	-	-	-	(4.641)
Redução de Capital.....	(2.824.000)	2.824.000	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Pagos com Reservas.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados com o Resultado do Exercício.....	-	-	-	-	-	(57.535)	-	-	(57.535)
Dividendos Deliberados com o Resultado do Exercício.....	-	-	-	-	-	(70.128)	-	-	(70.128)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	-	67.400	-	-	67.400
Destinações: - Reservas.....	-	-	3.370	(47.725)	-	44.355	-	-	-
- Estorno de Dividendos Propostos no Primeiro Semestre.....	-	-	-	-	-	15.908	-	-	15.908
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	370.000	-	59.845	-	(3.703)	-	-	-	426.142

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades.

O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.959/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do BERJ evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros.

Alguns números deste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do BERJ.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Os títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e passivos negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e

- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo baseia-se, geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos em coligadas e controladas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Intangível



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

n) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional.....	53	51
Total de disponibilidades (caixa)	53	51
Aplicações no mercado aberto (1).....	306.412	171.800
Total de caixa e equivalentes de caixa	306.465	171.851

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros:		
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada.....	306.412	171.800
Total em 2022	306.412	171.800
%.....	100,0	100,0
Total em 2021	171.800	171.800
%.....	100,0	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	R\$ mil	
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada.....	63.205	101.408
Total	63.205	101.408

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

	2022					2021				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Marcação a mercado	
Títulos										
Títulos públicos	-	1.338	-	35.979	37.317	40.720	(3.403)	39.124	(4.229)	
Letras Financeiras do tesouro.....	-	1.338	-	18.120	19.458	19.499	(41)	17.250	(111)	
Moedas de privatização.....	-	-	-	17.859	17.859	21.221	(3.362)	21.874	(4.118)	
Títulos privados	474.689	140.195	28.961	4.984.822	5.628.667	5.637.843	(9.176)	13.759.922	1.455	
Letras financeiras.....	449.274	110.247	28.961	4.983.507	5.571.989	5.581.130	(9.141)	13.539.957	1.637	
Letras imobiliárias garantidas.....	25.415	29.948	-	1.315	56.678	56.713	(35)	219.965	(182)	
Total geral	474.689	141.533	28.961	5.020.801	5.665.984	5.678.563	(12.579)	13.799.046	(2.774)	

b) Classificação por categorias e prazos

	2022					2021				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos										
Títulos para negociação	464.422	141.147	25.502	79.879	710.950	709.836	1.114	13.763.414	1.455	
Letras financeiras.....	439.007	109.861	25.502	78.564	652.934	651.785	1.149	13.539.957	1.637	
Letras financeiras do tesouro.....	-	1.338	-	-	1.338	1.338	-	3.492	-	
Letras imobiliárias garantidas.....	25.415	29.948	-	1.315	56.678	56.713	(35)	219.965	(182)	
Títulos disponíveis para venda	10.266	387	3.459	4.940.922	4.955.034	4.968.727	(13.693)	35.632	(4.229)	
Letras financeiras.....	10.266	387	3.459	4.904.943	4.919.055	4.929.345	(10.290)	-	-	
Moedas de privatização.....	-	-	-	17.859	17.859	21.221	(3.362)	21.874	(4.118)	
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	18.120	18.120	18.161	(41)	13.758	(111)	
Total geral	474.688	141.534	28.961	5.020.801	5.665.984	5.678.563	(12.579)	13.799.046	(2.774)	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	63.205	101.408
Títulos de renda fixa.....	103.510	391.654
Perdas permanentes.....	(2.829)	(12.882)
Total	163.886	480.180

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		2022	2021
Outros créditos.....	-	-	-	50	-	-	-	-	31		81	720
Total geral em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	50	-	-	-	-	31		81	720
Total geral em 31 de dezembro de 2021	-	176	-	212	-	-	-	-	332		720	720

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e Fluxo de vencimento

	Níveis de risco										Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		2022	2021
Curso normal (4)	-	-	-	50	-	-	-	-	-		50	573
Parcelas vencidas	-	-	-	50	-	-	-	-	-		50	573
1 a 30.....	-	-	-	1	-	-	-	-	-		1	486
31 a 60.....	-	-	-	2	-	-	-	-	-		2	8
61 a 90.....	-	-	-	2	-	-	-	-	-		2	8
91 a 180.....	-	-	-	4	-	-	-	-	-		4	19
181 a 360.....	-	-	-	8	-	-	-	-	-		8	7
Acima de 360.....	-	-	-	33	-	-	-	-	-		33	45
Vencidas até 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Curso anormal (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	31		31	147
Parcelas vencidas (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	11		11	34
1 a 14.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	3
15 a 30.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
31 a 60.....	-	-	-	-	-	-	-	-	4		4	6
61 a 90.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	3
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	8
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	7		7	14
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Parcelas vencidas	-	-	-	-	-	-	-	-	20		20	113
1 a 30.....	-	-	-	-	-	-	-	-	3		3	5
31 a 60.....	-	-	-	-	-	-	-	-	3		3	5
61 a 90.....	-	-	-	-	-	-	-	-	4		4	5
91 a 180.....	-	-	-	-	-	-	-	-	10		10	15
181 a 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	28
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	55
Total geral	-	-	-	50	-	-	-	-	31		81	720
Provisão mínima requerida.....	-	-	-	1	-	-	-	-	31		32	339
Provisão complementar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Provisão existente.....	-	-	-	1	-	-	-	-	31		32	339

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99;

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas; e

(4) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operação

	Operação								Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total em 31 de dezembro		2022	2021
Total em 2022	50	-	-	-	-	31	-	81		81	720
Total em 2021	574	-	56	-	-	90	-	720		720	720

c) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	% (1)
Maior devedor.....	50	61,7
Dez maiores devedores.....	81	100,0
		242
		720
		33,6
		100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	%
Pessoa física	81	100,0
Total	81	100,0

e) Receitas de operações de crédito

	R\$ mil	
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	237	479
Total	237	479

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2022	2021
- Provisão específica (1).....	91	35
- Provisão genérica (2).....	248	260
Saldo Inicial em 1º de janeiro	339	295
Provisão/(Reversão) de créditos de liquidação duvidosa.....	(307)	44
Saldo Final em 31 de dezembro	32	339
- Provisão específica (1).....	31	91
- Provisão genérica (2).....	1	248

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em Controladas e coligadas";

a) Composição dos investimentos nas demonstrações financeiras

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Empresas		
Serel Participações em Imóveis S.A.....	289.805	267.097
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.....	61.640	57.760
Total	351.445	324.857

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas e de controle compartilhado" e, estão demonstrados abaixo:

|--|



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de clientes

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	2022	2021
Depósitos:					
- Interfinanceiros	-	2.759.958	3.603.863	6.363.821	11.158.898
Total em 31 de dezembro de 2022	-	2.759.958	3.603.863	6.363.821	
%	-	43,4	56,6	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2021	-	10.003.528	1.155.370		11.158.898
%	-	89,6	10,4		100,0

b) Despesas de intermediação financeira

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Operações de captação no mercado	185.205	410.634	497.786
Total	185.205	410.634	497.786

14) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Provisão para contingências	965.001	958.612
Provisão para pagamentos a efetuar	1.440	1.460
Outras	6.959	5.401
Total	973.400	965.473

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes/ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradesco BERJ não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

- PIS e Cofins no montante de R\$ 925.813 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 865.287 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2022	4.275	83.040	871.297
Atualização monetária	222	672	60.800
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(2.230)	(52.813)	-
Pagamentos	(116)	(146)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.151	30.753	932.097

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 17.416 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 4.385 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.434.772 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 1.304.134 mil) para os processos fiscais. Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2011, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 769.753 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 723.497 mil); e

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 310.070 mil (Em dezembro de 2021 - R\$ 293.192 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

16) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Credores diversos	83.126	54.314
Impostos e contribuições a recolher	21	33.151
Sociais e estatutárias	119.033	20.676
Outros	2.709	2.700
Total	204.889	110.841

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 370.000 mil (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 3.024.578 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (Em 31 de dezembro de 2021 - 155.463 ações ordinárias).

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 169.422 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Em 22 de setembro de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2022, que deliberou a redução de capital social de R\$ (2.824.000) mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", sem movimentação de ações nominativas-escriturais.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Reservas de lucros	59.845	694.134
- Reserva legal (1)	59.845	222.547
- Reservas estatutárias (2)	-	471.587

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos ao exercício está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	134.383	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(6.720)	
Base de cálculo	127.663	
Dividendos provisionados a pagar em 2022	70.128	54,9%
Dividendos provisionados a pagar em 2021	20.676	25%

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Proventos	-	-	250
Benefícios	-	-	472
Encargos sociais	-	-	89
Participação dos empregados nos lucros	-	-	12
Total	-	-	823

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Serviços técnicos especializados	1.826	3.209	3.366
Sistema financeiro	225	1.850	2.879
Seguros	831	1.330	1.113
Serviços de terceiros	228	402	346
Propaganda, publicidade e publicações	59	130	135
Depreciações e amortizações	1	4	68
Outras	469	1.253	2.909
Total	3.639	8.178	10.816

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Contribuição à Cofins	-	4.281	7.854
Contribuição ao PIS	-	696	1.276
Despesas com impostos IPTU	420	485	52
Impostos e taxas	371	674	356
Total	791	6.136	9.538

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Atualização sobre depósitos vinculados	37.958	68.169	23.264
Atualização monetárias ativas (1)	20.308	35.013	2.067
Reversão de provisão operacional	2.340	3.476	40.451
Recuperação de encargos e despesas	1.553	1.643	105
Juros sobre impostos a compensar	1.300	2.337	768
Variação monetária ativa	12.254	12.255	1.720
Total	75.713	122.893	68.375

(1) Em 2022 contempla o valor de R\$ 12.227 milhões, referente à atualização de Depósitos Fiscais.

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Variação monetária passiva	37.213	66.816	38.808
Atualizações monetárias dos processos judiciais	4.149	14.507	29.458
Outras	2.579	22.127	2.174
Total	43.941	103.450	70.440

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	38.328	157.296	185.331
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(17.247)	(70.783)	(83.399)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas	6.668	11.926	6.168
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	13.746	9.851	(1.694)
Juros sobre o capital próprio pagos	25.891	25.891	-
Outros valores	14	201	(19.349)
Imposto de renda e contribuição social do período	29.072	(22.914)	(98.274)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro 2022	2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	36.778	(8.672)	(58.645)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(7.697)	(14.233)	(17.101)
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	-	-	(3.783)
Prejuízo fiscal	(9)	(9)	(18.745)
Total dos impostos diferidos	(7.706)	(14.242)	(39.629)
Imposto de renda e contribuição social do período	29.072	(22.914)	(98.274)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2021	Constituição	Realização	2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.174	8	(146)	4.036
Provisões cíveis	37.368	305	(23.834)	13.839
Provisões fiscais	399.294	27.547	-	426.841
Provisões trabalhistas	1.924	131	(1.086)	969
Impairment de títulos e investimentos	98.913	14.296	(993)	112.216
Ativos não financeiros mantidos para venda	36.322	-	(5.208)	31.114
Outros	55.997	759	(67)	56.689
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	633.992	43.046	(31.334)	645.704
Prejuízo fiscal	191	-	(9)	182
Subtotal	634.183	43.046	(31.343)	645.886
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	3.231	-	3.231
Total dos créditos tributários	634.183	46.277	(31.343)	649.117
Obrigações fiscais diferidas (Nota 23e)	193.499	31.254	(5.309)	219.444
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	440.684	15.023	(26.034)	429.673

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Total
2023	4.804	3.844	-	8.648
2024	4.804	3.844	182	8.830
2025	5.246	4.197	-	9.443
2026	5.419	4.335	-	9.754
2027	3.497	2.797	-	6.294
2028	2.983	2.386	-	5.369
2029	2.714	2.171	-	4.885
2030	240.406	191.321	-	431.727
2031	2.714	2.171	-	4.885
2032	86.695	69.356	-	156.051
Total	559.282	286.422	182	

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de

colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

e) Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Andrevison Viana de Souza
Contador - CRC 1SP278582/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bradesco BERJ S.A. ("BERJ" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indi-

vidualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 24/02/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/24/BradescoBERJ1567855424022023.pdf>
Hash:1677188041a9d84552050c430fbc74771ef3c229c3